

Entre crucifixos, códigos e estetoscópios: a trajetória da sexualidade na época moderna, na França

*Histoire de la sexualité à l'époque
moderne.*

BEAUALET, Scarlett.

Paris: Armand Colin, 2010. 320 p.

Scarlett Beauvalet é historiadora professora do Centro de História das Sociedades da Universidade de Picardie e do Centro de Pesquisas sobre as Civilizações da Europa Moderna na Universidade de Paris IV, Sorbonne. Ela é uma estudiosa no campo de estudos de gênero e tem diversas publicações prestigiadas na França, como *Les femmes à l'époque moderne (XVIe-XVIIIe siècles)*, pela editora Belin em 2003, e *Être veuve en France à l'époque moderne*, pela mesma editora em 2001. Na própria *Revista Estudos Feministas* foi publicado, em 2002, seu artigo intitulado *As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstetras antes do tempo?*

A autora apresenta nesta obra um importante e atual debate sobre a sexualidade recreativa ou reprodutiva a partir das leituras religiosas, jurídicas e médicas. Citando Maurice Godelier, ela revela que a sexualidade é configurada a partir de redes simbólicas sociais consideráveis nesses três campos.

Beauvalet aponta neste trabalho como a sexualidade foi pouco a pouco condenada pelo cristianismo, principalmente a partir do século XVI, e constituída ao estatuto de problema médico e jurídico. A obra se propõe a revisitar as representações e as práticas da sexualidade na modernidade e a mostrar a relação existente entre as normas e as práticas sociais na França através de textos religiosos, médicos, jurídicos e testemunhos privados, além de obras literárias e artísticas.

O livro está dividido em cinco capítulos. No primeiro, intitulado "Sexe bridé, sexe libéré", a autora inicia falando sobre o papel da sexualidade no fim da Antiguidade, apontando

para a importância do prazer na sociedade greco-romana. Mas logo o estoicismo do pensamento de São Paulo vai indicar o pecado da carne como um problema de saúde. São Paulo introduz uma dissociação entre a "carne" e o espírito. Aos poucos a ideia da "carne" vai se confundindo com o "corpo" e os assuntos sobre o corpo tornam-se mais significativos nos discursos religiosos.

Na visão da Igreja Católica, o pecado original fez os homens perderem a capacidade que Deus lhes tinha dado de subordinar suas paixões à sua vontade. Assim os seres humanos tinham se insubordinado a Deus e, por isso, a Bíblia fez representações da mulher como aquela que tenta o homem, com a ideia de que o pecado iniciou por causa dela. A visão sobre o papel das mulheres oscilava, portanto, entre a Virgem Maria, com sua virtude, e aquelas que seriam perigosas e sem virtude.

No Capítulo 2, intitulado "La sexualité conjugale: amour, sexe et procréation", a autora aponta que a relação estreita sobre controle da sexualidade inicia com o Concílio de Trento (entre 1545 e 1563). Essa reunião, segundo ela, foi uma forma de controle tanto do Estado quanto da Igreja sobre a vida privada das pessoas.

A partir desse concílio, a sexualidade do casal foi percebida e relatada como um mar revoltado incontrolável – tudo isso para expressar o medo do exercício da sexualidade no leito do casal. O controle passou a ser, inclusive, sobre as posições sexuais do casal; por exemplo, a mulher não deveria ficar sobre o marido na relação sexual, pois isso indicaria que ela era superior a ele.

Beauvalet cita padres como Thomaz Sanchez, que discutia a permissão que a Igreja deveria dar para que existissem, entre o casal, "abraços, beijos e carícias", por exemplo, antes das relações sexuais. Aqui a autora identifica algo que será marcante em toda a sua obra e talvez o mais significativo: a concordância dos sistemas médicos e jurídicos com a Igreja. Por exemplo, os médicos estabeleciam uma relação direta, concordando com a Igreja, entre sexualidade e procriação. Eles defendiam que uma boa reprodução dependia da boa moral

decorrente da religião. Outro exemplo que a autora relata é o de que os médicos revelavam o cuidado necessário para não desperdiçar sêmen, pois isso poderia acarretar problemas às gerações futuras; assim, concordavam com a Igreja, reprovando a masturbação.

No Capítulo 3, intitulado “La sexualité préconjugale”, a autora aponta que, com a mudança da sociedade rural para a urbana, algumas transformações começam a acontecer; com o adiamento dos casamentos, na Idade Moderna, o controle sobre a sexualidade dos jovens foi ainda maior. Beauvalet descreve que as crianças até os seis ou sete anos de idade tinham contato e manipulavam tanto seus órgãos sexuais quanto os de adultos. Essa brincadeira não era julgada perigosa, pois a criança não era considerada como alguém que tinha sexualidade.

Mas a sexualidade adolescente foi pouco a pouco sendo vista como uma ameaça. Aqui mais uma vez o conhecimento supostamente científico teve muita influência para o controle da sexualidade. Por exemplo, alguns alimentos eram indicados para o controle da sexualidade e outros, tidos como afrodisíacos, deveriam ser evitados, como o café e o chocolate.

Já existia no século XVI uma forte preocupação com qualquer coisa que pudesse estimular a sexualidade. Esses tratados eram formas de controle e indicadores de “savoir-vivre”. Podemos aqui identificar aquilo que Foucault¹ chamou de dispositivos da sexualidade, tanto do ponto de vista da higiene quanto da moral.

Para as crianças e os adolescentes da burguesia, a educação se dava principalmente através da internação em conventos, prática muito comum, onde o controle sobre a sexualidade era ainda maior. Existem diversos relatos da autora sobre manuais que orientavam como os preceptores dos jovens deveriam proceder para evitar, por exemplo, que os alunos entrassem em contato com o próprio corpo, onde deveriam colocar suas mãos para evitar a masturbação etc.

O interessante é que, ao mesmo tempo que a Igreja fazia o papel de controle da sexualidade, era lá que as meninas iam para se mostrar aos seus futuros pretendentes. Outro fato interessante é que nessa época já haviam livros que auxiliavam os/as jovens a entender como conquistar o parceiro. Além disso, a autora apresenta vários relatos sobre documentos que apontam divergências entre os costumes locais e a própria Igreja. Um deles, chamado

“alberger”, é formado por permissões concedidas pelos pais às suas filhas, que em dias de festas poderiam receber os namorados em seus quartos. Esse costume acontecia não só na França, mas também no norte da Europa, na Suíça, na Alemanha e na Escandinávia; portanto, não se pode dizer que as práticas de controle da Igreja eram aceitas sem resistência. Essa pode ser uma pista interessante para a compreensão de uma antropologia da sexualidade no mundo contemporâneo.

O Capítulo 4, intitulado “Le sexe alternatif: vivre différemment sa sexualité”, demarca as tipificações consideradas clandestinas da sexualidade. Mas a autora destaca algumas peculiaridades interessantes em seu texto; muitas vezes, por exemplo, a justiça fazia um papel tão disciplinador quanto a própria Igreja, principalmente em relação aos sexos. Por exemplo, o adultério era visto pela Igreja como um pecado, tanto para os homens quanto para as mulheres, mas para os juristas era um crime apenas quando cometido pelas mulheres, e não pelos homens.

A imagem do “corno” era muito corriqueira nas rodas de encenações e literatura burlesca e algo muito temido pelos maridos, pois colocava em xeque sua honra. A autora cita uma série de poemas e obras que abordam o assunto, como, por exemplo, *L'Isle des hermaphrodites*, de Charles Sorel, e *L'école des femmes*, de Molière, em que a temática do adultério era frequente. A maior parte dos adultérios, segundo a autora, devia-se ao fato de os casamentos acontecerem por interesse político ou financeiro, e não por amor. O amor por outro começa a ser citado como uma das causas das traições, não somente a voluptuosidade e a impetuosidade dos desejos.

O livro apresenta algumas curiosidades, como a origem do termo “masturbação”, empregado pela primeira vez num tratado escrito por um médico chamado Tissot. A autora relata uma cruzada da medicina contra a masturbação, pois os médicos acreditavam que o homem produzia uma quantidade limitada de sêmen. Para as mulheres, a situação era a mesma, mas com o agravante de que, para elas, Tissot considerava a prática “suicida e autodestrutiva” (p. 225).

Sobre a sodomia, a autora aponta que a prática era condenada tanto para homens quanto para mulheres, considerada uma inversão. Mas somente foi chamada de “homossexualidade” a partir do fim do século XIX. Segundo a autora, a Itália era tida como uma terra onde a Sodomia se apresentava com muita frequência, a cidade de Florença era

chamada de “a Nova Sodoma”. A descrição perfeita de vários casos desses foi realizada por Jeffrey Richards, na obra *Sexo, desvio e danação*.² Beauvalet narra com minúcias os relatos e as áreas dos encontros homossexuais em Paris, onde, segundo informações da época, existia uma comunidade homossexual não organizada mas já evidente. Essa, inclusive, parece ser uma informação interessante e inovadora na obra, não contida em outras do mesmo gênero.

O quinto capítulo, intitulado “Derives sexuelles et sexe contraint”, aborda como no início da modernidade houve uma preocupação contra os discursos populares, principalmente em relação ao “medo do mal”, através da figura do diabo e da bruxaria. Nesse período, vários manuais foram lançados. Um grande exemplo é o *Malleus maleficarum* (em português seu título é *Martelo das feiticeiras*), publicado entre 1486 e 1487. Nesses manuais, a bruxaria estava ligada a uma relação sexual com o diabo. As mulheres bruxas eram acusadas de manter uma paixão carnal com o demônio e de fazer sexo contra a natureza. Beauvalet aponta outros tratados menos conhecidos que também foram um estímulo para a perseguição das mulheres após a publicação do *Malleus maleficarum*. Esses tratados apresentavam uma série de procedimentos de investigação para procurar marcas no corpo ou mesmo outros indícios sobre a suposta bruxaria das acusadas. A autora aponta que esses eventos são marcados tanto por um contexto político quanto religioso muito específico, como a luta contra os huguenotes e a constituição dos Estados modernos. Ano após ano as perseguições foram sendo abandonadas e, no fim do século XVII, os inquéritos demonológicos desapareceram totalmente na França.

Outra informação apontada pelo texto, neste capítulo, é a de que, apesar de a violência sexual contra as mulheres ser passível de pena de morte, poucas condenações desse tipo aconteceram. Existia uma tolerância muito grande em relação a isso. Para os mais nobres, a violência sexual se resolvia com um pagamento de indenização e, para os mais pobres, com algumas chibatadas. Isso porque se considerava que as mulheres eram – e estavam, por natureza – suscetíveis a isso. Outro dado importante é que os crimes eram mais combatidos quanto maior fosse a ameaça à

ordem social vigente. Na maioria das vezes, os juizes entendiam que as vítimas eram cúmplices da própria violência que sofriam. Curiosamente, essa situação é muito similar ao que ocorre nos dias de hoje, com a Lei Maria da Penha, como já pesquisado aqui no Brasil por Marisa Corrêa.³

O trabalho de Scarlett Beauvalet é interessante principalmente para historiadores que tratam sobre a temática da sexualidade tentando entender a relação dessa com os sistemas religiosos, jurídicos e médicos. Apesar de apresentar dados de arquivos e de literatura, algumas partes das discussões abordadas pela autora já foram citadas por autores como Foucault e Richards. Talvez a sua principal contribuição seja a relação direta estabelecida por ela entre estes três sistemas – religioso, jurídico e médico –, baseada nas informações bastante peculiares de arquivos e literatura que indicam como os costumes da época apontam para uma mudança dos comportamentos.

Um dos obstáculos que a obra pode apresentar é o fato de que algumas partes das citações literais citadas estão em francês arcaico, devido à antiguidade dos documentos pesquisados, o que pode dificultar a leitura em determinados trechos.

O livro apresenta, portanto, uma leitura interessante para pesquisadores da área, principalmente os francófonos ou os estudiosos dos sinuosos caminhos dos discursos da sexualidade, assim como para quem quer entender a sexualidade como um fenômeno cultural, social e político.

Notas

¹ Michel FOUCAULT, 1993.

² Jeffrey RICHARDS, 1993.

³ Marisa CORRÊA, 1983.

Referências

- CORRÊA, Marisa. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Leandro Castro Oltramari ■
Universidade Federal de Santa Catarina